



UNMIT/Equipa de Investigação de Crimes Graves (SCIT) Boletim Edição nr. 7 Fev. 2011

SCIT-UNMIT
Obrigado Barracks II
Caicoli
DILI

Phone: 330-4100
Fax: 330-4110

SCIT in the Districts
BAUCAU: UNMIT, Vila Nova
MALIANA: UNMIT, Holsa Soso
SUAI: UNMIT, Debos
OECUSSE: UNMIT Office
ERMERA: District Administration

For more information, please contact: Júlia Galvão Alinho
External Relations Officer
Mob: +670 73 11 519
E-mail: alinho@un.org

Investigating 1999 to assist Justice in Timor-Leste

www.unmit.org/rule_of_law/serious_crimes_investigation_team

• **Em Fevereiro, o Parlamento voltou a adiar o debate sobre as leis de reparações** para as vítimas de violações de direitos humanos (1974-1999) e sobre a criação do "Instituto da Memória" para implementar as recomendações das duas comissões da verdade – a CAVR e a CVA. Um grupo de parlamentares apresentou uma petição para adiar o debate até as compensações para os veteranos estarem resolvidas

• **O Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Desaparecimentos Forçados e Involuntários (WGEID)** visitou Timor-Leste de 7 a 14 de fevereiro. Entre as suas conclusões: "sem justiça penal eficaz para os crimes graves não pode haver paz duradoura"

• **O Conselho de Segurança** reuniu em Fevereiro e decidiu a extensão do mandato da UNMIT por mais um ano.

Perguntas & Respostas



Se eu der o meu depoimento à CAVR, a SCIT vai investigar o caso?

Até 2005, todos os casos de crimes graves cometidos em 1999, como homicídio, violação sexual, tortura, que foram relatadas à Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR em sigla portuguesa) foram encaminhados para a antiga Unidade de Crimes Graves na Procuradoria-Geral de Timor-Leste para investigação e consequente acusação, no caso de haver provas suficientes. Os casos menos graves passaram pelo Processo de Reconciliação Comunitária organizada pela CAVR.

Se eu falar com um investigador da SCIT, ou o Procurador, outras pessoas vão poder ler o meu depoimento?

O artigo 75º do Código de Processo Penal prevê que os autos processuais só se tornarão públicos após a apresentação da acusação em tribunal e, mesmo assim, o acesso aos documentos constantes do processo está sujeito à autorização do tribunal. Durante o inquérito, apenas os investigadores e os procuradores têm acesso aos arquivos. Os juízes também, para decidir sobre um determinado assunto, por exemplo, prisão preventiva ter acesso às provas que sustentam o pedido. Após a acusação ser apresentada no tribunal, os juízes têm acesso total aos arquivos. O acusado, seu defensor, bem como a pessoa agravada poderão solicitar cópia dos autos processuais. O procurador (durante o inquérito) ou juiz (durante o julgamento) pode autorizá-lo se for do interesse da justiça (Art. 77º). Todas estas pessoas, bem como os funcionários judiciais que tratam de arquivos, são obrigadas por lei a mantê-los confidenciais. A Lei Timorense - Código de Processo Penal, artigo 74º -, garante que "Todos os participantes processuais e qualquer pessoa que, a qualquer título, entram em contacto com o processo e tomam conhecimento, no todo ou em parte, do seu conteúdo, não são autorizados a torná-lo público". Além disso, se uma testemunha tem medo de prestar um depoimento, ele/ela pode sempre informar a polícia ou o procurador e pedir proteção ao abrigo da Lei de Protecção de Testemunhas n.º 2/2009.

Posso recusar-me a prestar um depoimento à SCIT, se testemunhei um crime em 1999?

De acordo com a lei timorense - Código Penal, artigo 279º - quem prestar um depoimento falso ou se recusar a prestar um depoimento pode ser julgado por um crime de obstrução à justiça e condenado a 5 anos de prisão.

Depois de eu prestar um depoimento ao investigador, eu ainda tenho que ir a tribunal e dizer a mesma coisa?

Sim, de acordo com lei o Tribunal tem que ouvir a testemunha. O Artigo 266º do Código de Processo Penal diz que "o parecer do tribunal só pode ser baseado em provas que foram produzidas ou examinadas em audiência". Isto significa que a testemunha tem que ir a tribunal, também para permitir a defesa, acusação e os juízes fazerem perguntas. Além disso, se necessário, o Estado ajudará a testemunha, fornecendo transporte, alojamento e/ou refeições para permitir às pessoas que cumprem o seu dever de cidadãos.

O que vai acontecer depois da SCIT concluir as investigações?

Cada vez que a SCIT conclui investigações num caso, ela envia todas as provas recolhidas sobre o caso e as suas recomendações para a Procuradoria-Geral. A Procuradoria-Geral analisará o caso e decidirá se existem provas suficientes para apresentar uma acusação ao tribunal ou para arquivar o caso. Depois da SCIT concluir todas as investigações em crimes graves de 1999, a equipa será fechada, no seu formato atual. No entanto, Timor-Leste tem o quadro jurídico e as instituições para dar seguimento a este trabalho.

SCIT info

UNMIT/Equipa de Investigação de Crimes Graves (SCIT) Boletim Edição nr. 7 Fev. 2011

Receber informação sobre a lei é bom para a paz



UNMIT Photo/Júlia Alinho

Desde o final de 2009 e durante 2010, a Equipa de Investigação de Crimes Graves da UNMIT com a assistência das Unidades de Direitos Humanos e Justiça Transicional e de Apoio à Governação Democrática e com a participação dos representantes da Provedoria dos Direitos Humanos, Secretariado Pós-CAVR, da ONG Instituto de Transformação da Comunidade, bem como ex-comissários da Comissão da Verdade e Amizade, conduziu programa de divulgação em 62 dos 65 subdistritos de Timor-Leste. Um total de 9481 pessoas participaram nas atividades que incluíram a exibição do filme da CAVR "Caminho para a Paz" (7518) e reuniões com a comunidade dedicadas a democracia e à justiça (1863). Os participantes sugeriram estender esse programa a nível do suco, porque "as informações sobre a lei podem impedir o conflito".

Os objetivos do programa de divulgação eram de sensibilização sobre o apoio da UNMIT a instituições timorenses nos seus esforços para fortalecer o sistema judicial, promover a responsabilização por violações dos direitos humanos no

passado, para estabelecer um programa de reparação para as vítimas. A disseminação de informações sobre tais questões também envolveu explicar o enquadramento jurídico e enquadramentos. O programa também se destinava a esclarecer dúvidas das pessoas sobre o processo, reunindo as suas perspectivas e recolhendo as suas perguntas sobre casos específicos que estão a ser investigados pela SCIT. Os participantes reagiram positivamente à iniciativa, que recomendaram a ser alargada ao nível de suco. "As pessoas precisam de saber mais sobre a lei e os seus direitos, isso pode impedir o conflito", disse Inácia dos Santos, em Nain Feto, Díli. "A UNMIT também deve convidar membros dos partidos políticos e os representantes do Governo também devem vir falar sobre estas questões", disse Gregório Santos, em Liquiçá. O Ministério da Justiça e o Tribunal de Recurso forneceram 460 cópias do Código Penal, que foram distribuídas aos chefes de suco, agentes da PNTL e professores.



A SCIT trabalha sob supervisão e direcção da Procuradoria-Geral da República de Timor-Leste

Editorial:

Na primeira edição de 2011 do nosso boletim, temos o orgulho de vos informar sobre o programa de divulgação que organizámos no ano passado para explicar o nosso trabalho e outras questões às comunidades das áreas mais remotas. Somos gratos aos administradores subdistritais e aos chefes de suco, bem como às organizações pelo seu apoio e cooperação, tais como a Provedoria dos Direitos Humanos. Além disso, temos o prazer de apresentar duas organizações que representam as vítimas e famílias das vítimas de violações de direitos humanos. Continuamos ainda a responder a perguntas que as pessoas apresentaram durante as reuniões.

Marek Michon
Head of SCIT

O Comité 12 de Novembro procura as vítimas do massacre de Santa Cruz

“As famílias têm o direito de saber o que aconteceu aos seus familiares”, diz Gregório Saldanha, director do Comité 12 de Novembro. A missão deste Comité é registar as vítimas do Massacre de Santa Cruz e recomendá-las para receberem medalhas e ajuda humanitária. Trata-se uma organização não-governamental criada em 2007. Desde 2008 tem também colocado uma série de esforços na localização, auxiliando nas exumações e devolvendo restos mortais de vítimas do Massacre de Santa Cruz às suas famílias, porque elas têm o direito de saber e ajudar a restaurar a sua dignidade.

No dia 12 de novembro de 1991, Gregório Saldanha foi um dos líderes da Associação da Juventude Timorense (OJETIL) que organizou e participou da marcha da Pró-Independência para o Cemitério de Santa Cruz em Díli. A intervenção do exército indonésia resultou na morte de dezenas de pessoas e na prisão de Gregório Saldanha e muitos outros.

Ele foi julgado pelo seu papel na organização da marcha e condenado a prisão perpétua por um tribunal indonésio.

Em 1999, depois de passar oito anos na prisão de Cipinang em Jacarta, Gregório Saldanha regressou a Timor-Leste e decidiu descobrir o que havia acontecido com todos os seus companheiros depois do Massacre de Santa Cruz. Mas foi só em 2007 que ele “criou uma equipa de preparação para o registo de vítimas, não apenas as que foram mortas, mas também as sobreviventes”.

Até hoje, a comissão registou um total de 2261 pessoas que participaram na manifestação de 12 de novembro de 1992. Destas, 74 foram identificadas como tendo sido mortas naquele dia e 127 morreram mais tarde devido a várias causas, não necessariamente como resultado do massacre. Isso deixa o número de sobreviventes em 2060. “Mas os números podem mudar, pois ainda estamos a recebendo informações novas”, diz Gregório.

Com base no registo, o Comité de 12 de novembro faz recomendações para a condecoração dos participantes da manifestação. Um total de 969 já recebeu medalhas do Estado. O Comité também faz recomendações ao Governo para assistência humanitária às vítimas que se encontram em maior necessidade.

“Ao longo do processo, também notámos a necessidade de procurar os restos mortais das vítimas, dos desaparecidos, pelo que criamos um Comité das Famílias dos Desaparecidos”. Esta tornou-se uma das missões mais importantes do Comité de 12 de novembro



que se estabeleceu em 2008. Naquele ano, passaram a ter o apoio de uma equipa forense internacional da Austrália e Argentina, para localizar e exumar os restos mortais das vítimas. “ Fizemos a primeira escavação em Tibar, que teve um bom resultado”, diz Saldanha. Ele explica ainda que quando o Comité recebe um pedido de uma família, contata a equipa forense”, que já obteve autorização do Governo e Procuradora-Geral para fazer esse trabalho”, então nós apenas ajudámo-los a realizar a exumação. Ele acrescenta que a polícia também é informada, e na sua opinião, tudo é feito “seguinto todas as regras e de acordo com a lei”. O trabalho do Comité é restrito apenas às vítimas do Massacre de Santa Cruz, por conseguinte, Saldanha é muito positivo sobre a perspectiva do Parlamento aprovar uma nova legislação sobre as reparações e a nova instituição para fazer esse trabalho para todas as vítimas. “Quando a nova instituição estiver pronta, nós podemos cooperar ou entregar os resultados do nosso trabalho para a nova instituição. É melhor ter uma instituição forte com um base jurídica a fazer este trabalho”. Quanto ao processo judicial, Saldanha diz: “Nós não somos contra um tribunal, mas o nosso trabalho, a nossa prioridade é obter informações sobre o paradeiro das vítimas. Esta é uma questão muito delicada, porque temos que procurar informações. É muito complexo. Devemos encontrar um equilíbrio”. Com o seu trabalho, o Comité de 12 de novembro tenta trazer algum alívio e conforto às famílias das vítimas e restaurar a sua dignidade, porque, como Gregório Saldanha coloca: “As pessoas têm o direito de ser enterradas num local adequado, as famílias têm o direito à informação sobre o paradeiro dos seus familiares”.

Augusto Pires, Presidente da Associação de Vítimas e Familiares de vítimas de violações de direitos humanos - conflito 1974-1999

“As vítimas sentem que ainda não foi feita justiça”

A associação nacional de vítimas foi fundada em setembro de 2009 para defender os interesses das vítimas de violações de direitos humanos cometidas durante o período de 1974 a 1999. Augusto Pires, escolhido pelos representantes dos 13 distritos para presidir a associação, explicou à **SCIT info** que o objectivo principal é a luta pela justiça, no sentido mais amplo, porque “as vítimas sentem que a justiça ainda não foi cumprida”.

Como surgiu a ideia de criar a Associação?

A ideia surgiu a partir da comunidade, especialmente as vítimas que se sentiam isoladas em aldeias e subdistritos. Elas já tinham vindo a exigir justiça e reparação às autoridades e a fazer sugestões através de associações e organizações locais e distritais. Então, juntámos todas estas ideias e procurámos parceiros e doadores nacionais e internacionais. A Associação HAK e ICTJ (Centro Internacional para Justiça Transitória) responderam positivamente e ajudaram a organizar o Congresso Nacional de Vítimas de Violações de Direitos Humanos de 1974 a 1999, em setembro de 2009. Durante este congresso, criámos a Associação Nacional de Vítimas de Timor-Leste.

Quais são os principais objectivos da Associação?

O principal objectivo da Associação é a luta pela justiça. Até hoje, as vítimas e famílias das vítimas não se sentem a justiça, no sentido mais amplo, foi alcançada. É isto o que nos levou a criar a associação, a exigir do Estado de Timor-Leste que assegure uma justiça viável para todas as famílias que sofreram durante o conflito e a luta pela independência.

Como pretende atingir esses objectivos?

Para atingir estes objectivos, em primeiro lugar, acreditamos que devemos fortalecer a nossa organização e consolidá-la ao nível subdistrital. Vamos preparar um plano de advocacia e, de seguida, iniciar um diálogo com o Estado de Timor-Leste para implementar um programa de reparações para as vítimas - as reparações materiais, tais como dinheiro, reparações simbólicas, como monumentos, e reparações coletivas para as comunidades mais afetadas. Queremos alcançar este objectivo nos próximos cinco anos e estamos otimistas já que o Parlamento já iniciou o debate sobre duas novas leis para essa finalidade.

A nossa luta por justiça também inclui fazer campanha para que os familiares dos desaparecidos consigam descobrir onde os corpos dos seus entes queridos estão localizados. Até o momento, a grande maioria das famílias não sabe onde estão localizados, alguns foram enterrados em túmulos escondidos, e outros foram levados para outras partes da Indonésia. É por isso que pedimos ao Governo de Timor-Leste para ajudar as famílias das vítimas a localizar os seus entes queridos. Além disso, ainda existem muitos criminosos a andar livremente no outro



lado da fronteira. Isto tudo deve ser resolvido. Isto é o que as famílias das vítimas desejam que aconteça dentro de um curto período de tempo. É a isto que chamamos de justiça.

Pode explicar como a sua Associação quer que seja “resolvido”? O que chamam de justiça?

Levar os agressores a tribunal. É isto o que entendemos por justiça. Precisamos de uma justiça viável. Quem matou ou massacrado pessoas, a justiça deve decidir. Se o tribunal disser que as suas acções foram o resultado de circunstâncias de guerra, aceitaremos isso. Mas, se o tribunal disser que eles devem ser responsabilizados, que merecem um certo castigo, de acordo com a lei, então é isso que deve ser feito. Acho que isso é completamente normal, deixar o sistema judicial decidir. É o que exigimos para o futuro.

Em março de 2010, estava presente quando o Tribunal de Díli condenou um ex-elemento da milícia Mahidi. O que sentiu naquele momento?

Acho que é muito bom que a justiça seja feita dessa maneira, porque eles cometeram crimes e, portanto, merecem castigo. Foi muito importante, e é isto o que Timor-Leste exige. O que me faz sentir menos satisfeito é que a lei não foi aplicada da mesma forma no caso de Maternus Bere, que foi libertado. Ele foi acusado de um crime grave, como pode Timor-Leste, um Estado de Direito, libertar Maternus Bere e permitir-lhe ir para a Indonésia? Entendemos a necessidade de fomentar a amizade entre Timor-Leste e a Indonésia. Penso, no entanto, que defender a justiça também é defender essa amizade, porque Maternus Bere não deveria ter sido libertado, dever-lhe-ia ter sido dada a oportunidade de enfrentar a justiça nos tribunais de Timor-Leste.